

José Augusto Arriscado

Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX: a assembleia vianense

R E S U M O

Ao longo da segunda metade do século XIX, a Assembleia Vianense tornou-se no principal lugar de sociabilidade da burguesia de Viana do Castelo. Este espaço de convívio decorreu da necessidade de reforçar a sua coesão. Integraram-na as figuras de maior notoriedade da cidade, para além de uma pequena burguesia associada ao funcionalismo público. A endogamia foi elemento preponderante neste círculo, e a acção dos seus sócios repercutiu-se na vida pública local e nacional.

A sociabilidade nas suas variadas facetas tem vindo a merecer cada vez mais a atenção dos historiadores¹. Este interesse teve como ponto de partida na década de sessenta do século XX, o trabalho encetado neste domínio por Maurice Agulhon, e que se consubstanciou na obra: "La sociabilité méridionale: confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII siècle."² Posteriormente, vários colóquios sublinharam a importância do conceito de sociabilidade como um objecto da História.³ Ao longo do século XIX, as variantes de sociabilidade sucederam-se de acordo com os meios sociais que as protagonizaram.⁴ Desta forma, o associativismo foi modelado segundo padrões e territórios bem delimitados e, por via disso, a sociedade burguesa soube criar o seu próprio espaço social, procurando impôr os seus valores e sinais distintivos. Numerosos espaços de sociabilidade, com diferentes motivações, surgiram no nosso País sob designações várias: sociedades, gabinetes, círculos, assembleias, clubes, enformando ou não de qualquer grau de especialização, para além daqueles marcadamente informais que acolhiam os diversos grupos sociais. Neste contexto, Viana do Castelo não ficou alheia ao surto de agremiações de convivialidade que despontava e, deste modo, a burguesia local não se eximiu de acompanhar a tendência, criando para o efeito, algumas colectividades onde pudesse passar os

¹ Alguns estudos sobre esta temática para o caso português: BERNARDO, 2001; CASCÃO, 1993: 517-541; COELHO, 1999; LOUREIRO, 1997; LOUSADA, 1995; MARQUES, 1997; ROQUE, 1990: 301-339; SANTOS, 1996: 365-388

² AGULHON, 1966

³ Entre outros, FRANÇOIS, 1986; JOST, 1986; THELAMON, 1987; THELAMON, 1989

⁴ A este propósito, paradigmática a distinção observada em França entre duas formas de sociabilidade: "Cercles" e "Chambrées". Enquanto os primeiros eram espaços de sociabilidade de cariz burguês, os segundos caracterizavam-se por serem populares, nomeadamente de índole operária e campesina, pese embora, na sua génese, algum mimetismo do "cercle" tivesse sido adoptado. Tratava-se, no caso em apreço, de uma sociabilidade popular de imitação ao modelo burguês. AGULHON, 1979: 211-212; AGULHON, 1988: 27

seus tempos de lazer. Das várias instituições dessa natureza,⁵ a Assembleia Vianense assumiu-se, desde logo, como um dos principais centros polarizadores da vida social da burguesia Vianense, merecendo, por isso, algumas linhas de reflexão, abordando-se assim uma forma de sociabilidade estrita.⁶ Neste sentido, foi nosso intuito verificar se esta colectividade na segunda metade do século XIX, terá adoptado uma política fortemente selectiva no tocante à admissão dos seus associados, já que parece existir actualmente a ideia que somente as individualidades de mais elevado estatuto social, profissional, económico ou que desempenharam funções de grande relevância na sociedade local, nela teriam assento.⁷ Assim, o recrutamento dos sócios mereceu-nos uma especial atenção, com incidência na sua estruturação, pondo em relevo aspectos relacionados com os seus níveis de contribuições, habilitações literárias, composição sócio-profissional, origem geográfica, o que permitiu uma melhor compreensão destas elites sociais. Para o efeito, foram uma prestimosa ajuda, os *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*, bem como o *Mappa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*. Por outro lado, já que não encontrámos qualquer documentação organizada, passível de fornecer uma listagem dos seus membros, recorremos aos *Almanakes*, à *Imprensa Periódica* local, referenciando esta, anualmente, a eleição dos seus Corpos Gerentes, e aos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Vianense de 1891*, que incluíam um conjunto significativo de associados, reunindo, deste modo, um total de 151 sócios. Igualmente, outros aspectos foram considerados, particularmente os que diziam respeito à endogamia e à ligação destas elites com o exercício de funções públicas ao nível local e nacional. Quanto a este último ponto, servimo-nos de diversas actas das várias instituições da cidade, de natureza política, que enumeravam os diferentes cargos e seus detentores, e ainda de publicações de âmbito geral.⁸

À semelhança do sucedido em França, designadamente a partir de 1830, com a proliferação dos espaços de sociabilidade de índole burguesa, entre os quais assumiram relevância os denominados “cercles” de influência inglesa,⁹ também o nosso País assistiu à vulgarização de variadas instituições de convivialidade, como já referimos. À sociabilidade estava associada o tempo do ócio e do lazer. A ociosidade no século XIX, além de aparecer como forma retemperadora das energias dispendidas no trabalho quotidiano, manifestava-se, igualmente, por uma valorização do consumo sumptuário do tempo livre, passando este, a não estar “confinado a manifestações de utilitarismo estrito,”¹⁰ entendidas apenas como simples recreação que o próprio descanso justificava, mas revestindo-se, doravante, de um sentido social englobando características ostentatórias, de modo a constituir-se em elemento de diferenciação social.¹¹

⁵ Ao longo do século XIX, para além da Assembleia Vianense, registámos em Viana do Castelo as seguintes agremiações: Sociedade Recreativa Vianense, Club Democratico Viannense, Club Militar Recreativo, Associação dos Artistas.

⁶ Sobre a sociabilidade tratada de forma extensiva, veja-se: PELLISSIER, 1996. O nosso estudo aborda a sociabilidade noutro sentido, aproximando-se de trabalhos que põem a tónica nas suas manifestações específicas. Disto, é exemplo, a Obra de: CHALINE, 1996

⁷ Sobre a visão elitista da Assembleia Vianense nas condições referidas: VASCONCELOS, 1983

⁸ Actas: *Vereações Municipais, Junta Geral do Distrito, Administração do Concelho*; Enciclopédias; Anexo ao Manual Parlamentar para Uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, entre outras.

⁹ Sobre as características e evolução do “cercle”: AGULHON, 1977

¹⁰ SANTOS, 1983: 36

¹¹ SANTOS, 1983a:37. Acerca das diferentes perspectivas de ociosidade e lazer, ver: DAUMARD, 1983: 9-19; CORBIN, 1995

Era então o tempo do “grande-mundo,” que Camilo Castelo Branco resumia nas seguintes palavras: “a sociedade lustrosa, invernizada no corpo e no pensamento, na acção e na palavra, na intenção e na obra,”¹² e que os locais de sociabilidade, públicos ou privados, davam expressão.

O que é então a sociabilidade? Maurice Agulhon, entende este conceito como: “L’aptitude spéciale à vivre en groupes et à consolider les groupes par la constitution d’associations volontaires.”¹³ Neste sentido, teremos que levar em linha de conta a sociabilidade na sua diversidade informal e formal. Esta distinção tem razão de ser. No primeiro caso, entendida numa perspectiva de associação espontânea de “habitués,” sem quaisquer regras pré-estabelecidas, como eram, por exemplo, as “soirées” familiares tão em voga ao longo do século XIX, ou pelo contrário, no segundo caso, de reuniões organizadas segundo normas, regulamentos, estatutos, com carácter de permanência e em local fixo. Era a determinação do local, entendido como um “bem material, um capital,” só ao alcance dos meios dominantes, pois pressupunha a existência de meios financeiros para a sua instalação, que fazia com que este aspecto constituísse uma das razões de diferenciação entre sociabilidade das classes superiores e sociabilidade das classes operárias ou populares em geral.¹⁴ Refira-se, a este propósito, que a Assembleia Vianense teve de recorrer à capacidade financeira dos seus associados, em 1850, para fazer face às despesas de funcionamento da instituição, contraindo um empréstimo de 305\$000 réis junto dos seus membros. Para o efeito, foram emitidas acções no valor nominal de 5\$000 réis, tendo sido atribuídas a todos os sócios que contribuíram financeiramente, de harmonia com o valor dos montantes por eles entregues. Em contrapartida, a Assembleia Vianense pagaria por cada acção, o juro legal, e a sua amortização anual seria de 25% ou mais, *enquanto o permittirem as forças da Sociedade*.¹⁵ Participaram nesta operação, vinte e sete sócios, os quais receberam sessenta e um títulos. Destaque para sete negociantes, quatro deles maiores contribuintes, que ficaram com cerca de 31% da totalidade das acções.¹⁶

As reuniões informais que a burguesia vianense promovia, tinham uma certa similitude com os salões que se generalizavam no nosso País, embora poucos conseguissem reproduzir o modelo francês que estava subjacente à sua criação.¹⁷ A vida de salão desenrolava-se em habitações particulares e geralmente sob o patrocínio da senhora da casa.¹⁸ Aí, conversava-se, declamava-se poesia e organizavam-se concertos de música. Em Viana do Castelo, eram frequentes os serões musicais na casa do Visconde da Carreira com a participação de músicos de renome, como, por exemplo, Guilhermina Suggia, ou tendo a colaboração de amigos que faziam jus aos seus dotes artísticos, destacando-se, neste particular, o maestro Sá Noronha.¹⁹

¹² BRANCO, 1863:1

¹³ AGULHON, 1988: 61; FRANÇOIS, E., REICHARDT, R., 1987: 453-456

¹⁴ AGULHON, 1983: 12; AGULHON, 1988: 63. Quanto a este ponto, sublinhe-se que a Assembleia Vianense esteve instalada em vários locais, a saber: rua de S. Sebastião, rua de Santa Ana, rua da Piedade e, finalmente, na casa dos Sotto-Maior à Praça da Rainha, a qual foi alugada para o efeito em 1872, pela quantia de 150\$000 réis mensais. ALPUIM, VASCONCELOS, 1983: 93

¹⁵ AAV- *Livro de Registo de Acções, 1850*

¹⁶ AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*; AAV, *Livro de Registo de Acções, 1850*

¹⁷ SANTOS, 1996:371; Sobre as características da vida de salão, ver: DAUMARD, 1986: 81-95; FUGIER, 1990: 91-95

¹⁸ O mais famoso no nosso País e que se aproximava do estilo francês, foi promovido pela Marquesa de Alorna. Ver, a propósito: BARRETO, 1986:144

¹⁹ ALPUIM, VASCONCELOS, 1983:114-115

Por seu lado, outra família vianense, os Barbosa e Silva, ricos negociantes, recebiam os seus amigos no seu domicílio, e ao longo da noite, a literatura e a política eram objecto de animadas discussões.²⁰ A poesia, como foi dito, também estava presente nestas reuniões, referindo-se, a propósito, a recitação de versos de Baltazar Werneck (figura proeminente da aristocracia vianense), “que constavam de muitos álbuns e os relembram os ecos dos últimos salões”.²¹

Mas, muitos outros convívios tiveram lugar em diversas casas de figuras de vulto da cidade. Estas reuniões particulares tinham uma dimensão social fora do comum e a sua importância era sublinhada pela imprensa da época que dava notícia de tais eventos.

Assim, o periódico *A Aurora do Lima* de 2 de Janeiro de 1899, chamava a atenção para *a agradabilíssima soirée* que o escrivão de Direito, João Caetano da Silva Campos, tinha proporcionado a algumas famílias das suas relações, e o mesmo jornal não deixava passar em claro, a reunião promovida pelo bacharel António Alberto da Rocha Páriz, em sua casa, fazendo eco das personalidades que fizeram questão de marcar com a sua presença em tal acontecimento social.²² Mas, se tais encontros, que perduraram por todo o século XIX, eram importantes para o aprofundamento de relações da burguesia vianense, bem cedo se percebeu que era indispensável evoluir de reuniões restritas e informais que decorriam em espaços domésticos, para sessões organizadas, mais amplas e já com estatuto jurídico. Foi neste contexto que surgiu a Assembleia Vianense, criada em 1848 por um conjunto de individualidades locais, as quais, independentemente dos seus interesses diversos: políticos, religiosos ou económicos, congregaram esforços para a efectivação de tal desiderato. Entre os fundadores estavam alguns dos principais homens de negócio da urbe, sendo de referir, Mateus Barbosa e Silva, Luís Barbosa e Silva, João Baptista Correia, José Elias Alves Viana, todos fazendo parte dos quarenta maiores contribuintes do concelho de Viana do Castelo,²³ bem como outras figuras ilustres da cidade, entre as quais se destacavam, Luís Bravo de Abreu e Lima, 3º Visconde da Carreira, e José Mendes Ribeiro, membro da Junta Geral do Distrito, tendo exercido também funções como presidente da Câmara Municipal. Expressa-se, deste modo, à semelhança do ocorrido noutras sociedades, como, por exemplo, a inglesa, uma das principais características da burguesia oitocentista, que era o seu espírito de coesão, o qual a mesma burguesia praticava e reforçava através da constituição de agremiações desta natureza.²⁴ A Assembleia Vianense constituiu-se ao longo da segunda metade do século XIX e até à década de setenta do século XX, no local, por excelência, onde se reuniam as figuras gradas da cidade de Viana do Castelo. Desde a sua formação e ao longo do período da sua vigência, procurou ter sempre presente os objectivos que nortearam à sua fundação, e esta preocupação transparece dos próprios Estatutos de 1876, sendo posteriormente repetida pelos

²⁰ ALPUIM, VASCONCELOS, 1983: 239

²¹ Conde d' Aurora, 1929: 41-42

²² *A Aurora do Lima*, de 11 de Dezembro de 1889, e de 2 de Janeiro de 1899

²³ Tratava-se de um grupo formado pelos quarenta contribuintes mais colectados em todo o Concelho, apurados entre todos aqueles que pagavam contribuições directas e escalonados hierarquicamente, de acordo com os quantitativos da colecta que incidia sobre rendimentos e bens possuídos dentro do respectivo concelho de residência. VASCONCELLOS, 1853: 483 (*Lei de 30 de Setembro de 1852*); *Carta de Lei de 1 de Junho de 1853*; *Notícias de Viana*, de 15 de Junho de 1961; AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*

²⁴ CROSSICK, 1998: 1104-1105

diversos textos orgânicos da instituição, que referem: “É conservada a esta Assembleia a sua antiga denominação de Assembleia Vianense; e os seus fins continuam sendo os mesmos com que se instituíra em 1848, isto é, dar impulso à civilização por meio da convivência, da leitura, do trato civil e das companhias de Senhoras, e por outro qualquer que pareça conducente a este fim.”²⁵ Ora, era, aparentemente, a presença do elemento feminino, que distinguia este local de reunião dos seus congêneres de além-fronteiras, nomeadamente os círculos de convivialidade franceses e ingleses (cercles, clubs), que se caracterizavam por serem espaços de sociabilidade exclusivamente masculinos.²⁶ Contudo, a frequência de senhoras nos salões da Assembleia, cremos que não seria prática habitual e resumir-se-ia a algumas ocasiões especiais, designadamente os três bailes que a instituição promovia anualmente, ou a quaisquer festas de famílias que aí tivessem lugar, mas sempre com a anuência da direcção da Casa, como referem os Estatutos.²⁷ Deste modo, atendendo à excepcionalidade do facto, a distinção atrás referida só do ponto de vista formal teria validade, pois, no dia-a-dia, este espaço assumia-se, de forma clara, como sendo essencialmente masculino. A Assembleia Vianense surgia, assim, como o principal lugar onde a burguesia local se juntava diariamente, logo após a ceia em família às oito horas²⁸ e, como nos descreve Ramalho Ortigão, aí passava os seus serões, jogando o bilhar, o voltarete e o whist, lendo os jornais do País, bem como o *Gil Blas* e o *Figaro* que chegavam ao seu gabinete de leitura, ou simplesmente tomando chá, pagando por tudo isto a quantia de um vintém por dia.²⁹

Posto isto, chegou o momento de conhecer os sócios da Assembleia Vianense. Diversas categorias sócio-profissionais³⁰ estavam representadas no Círculo em questão. A maior incidência sócio-profissional dizia respeito aos proprietários com 25,2% do total de sócios, logo seguida dos empregados públicos com um índice de representação de 19,9%. Curiosamente, os negociantes, que pelo seu peso económico e social, em princípio, deveriam ter uma presença significativa no conjunto de associados, não ultrapassavam os 14,6% dos membros da Assembleia (Gráfico nº 1), sendo de realçar que nos anos de 1869 e 1881, a sua percentagem no total dos patrões recenseados nos cadernos eleitorais, rondava os 52%.³¹ Todavia, os que nela figuravam,

²⁵ Artigo 1º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 3; Ver, também, os *Estatutos* de: 1886, 1887 e 1891

²⁶ AGULHON, 1979a: 84; AGULHON, BODIGUEL, 1981:28; CHAUSSINAND-NOGARET, 1994: 312

²⁷ Artigo nº 5 do *Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1868: 4; Artigos 33º e 34º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 13. A presença de senhoras não seria um facto exclusivo da Assembleia Vianense, pois temos conhecimento da frequência feminina, em circunstâncias idênticas, num espaço similar de uma outra localidade, a Assembleia Limarense, em Ponte de Lima. Também em Évora, no Círculo Eborense, a realidade era a mesma. AMPL - *Sessão de 11 de Fevereiro de 1901 do Livro de Actas da Direcção da Assembleia Limarense, 1901-1915*: 7-8; BERNARDO, 2001:41; Sobre a forma requintada como as senhoras eram recebidas pelos cavalheiros na Assembleia Vianense nas ocasiões acima aludidas, o Regulamento Interno da Instituição explicitava que: “cumpre aos directores: fazer as honras da casa nas noites de reuniões de famílias ou bailes, recebendo as senhoras à entrada, acompanhando-as para o “toilette” e para as salas. A etiqueta observada, mais não era que uma forma destas elites sublinharem os seus códigos comportamentais ou de “bom-tom,” inerentes à sua própria condição social. Tais boas- maneiras constituíam marcas distintivas de um grupo dominante, que Pierre Bourdieu apelida de “distinctions signifantes.” ALPUIM, VASCONCELOS, 1983: 94; BOURDIEU, 1969: 311; BOURDIEU, 1979: 112

²⁸ VIEIRA, 1887: 209

²⁹ ORTIGÃO, 1943: 23-24

³⁰ Sobre a classificação sócio-profissional utilizada, ver: DAUMARD, 1963: 185-210

englobavam alguns dos mais importantes cidadãos sob o ponto de vista material, ou seja, seis dos maiores contribuintes do concelho, o que revela a importância e qualidade destes sócios, sendo de sublinhar, a este propósito, que estávamos perante uma sociedade que valorizava a noção do “ter.” Os próprios Estatutos a isso se referiam abertamente como condição preferencial para admissão na instituição, quando acentuavam a subsistência dos potenciais membros, ser suprida através de rendimentos provenientes de bens patrimoniais.³² Ainda sobre os negociantes, refira-se que, embora o seu número de inscritos como sócios na Assembleia Vianense fosse de facto reduzido, estava aí representada a quase totalidade dos negociantes de maior expressão na cidade, pois, se nos reportarmos ao total de negociantes que compunham o quadro dos quarenta maiores contribuintes do concelho, em 1869 e 1881, veremos que, respectivamente 60% e 85,7% desses indivíduos eram associados da referida Instituição.³³

Por outro lado, os indivíduos ligados ao Serviço Público, no seu todo, representavam o maior número de sócios, com uma percentagem que rondava os 46,4%, o que introduz um elemento novo nesta análise. Com efeito, esta massa assalariada, composta por empregados públicos, oficiais subalternos, oficiais gerais e superiores e ainda por funcionários superiores, constituiu-se numa força social capaz de disputar a primazia no interior da instituição, às categorias explicitamente possedentes, ou seja, aos proprietários e negociantes, com reflexos na eleição dos Corpos Gerentes da Assembleia, onde tiveram uma participação permanente³⁴. Convém sublinhar, por outro lado, a “intromissão” neste círculo restrito de convivialidade, de certos elementos ligados ao Serviço Público, designadamente alguns indivíduos que integravam a categoria de empregados públicos que, supostamente pela sua qualidade profissional, não seriam por norma objecto de invulgar reconhecimento social. Referimo-nos aos amanuenses e aspirantes da função pública, elementos, dado o seu carácter subalterno, situavam-se hierarquicamente nos escalões inferiores das respectivas carreiras. Sobre eles, pode ler-se no *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa*, publicado em 1881: *Empregado que ocupa o grau inferior no quadro de uma secretaria*.³⁵ Contabilizámos nove indivíduos nestas condições, sendo que, oito deles: Adelino Delduque da Costa, António Rocha Barbosa e Vasconcelos, Bernardo Pereira Rebelo Feio, Francisco Malheiro Pereira Peixoto, José Alberto da Silva Pena, José Joaquim Barbosa, Luís de Queiroz Ribeiro Sotto-Maior, Manuel Caetano da Silva, não tiveram na cidade qualquer notoriedade, pois não há notícia de terem ocupado quaisquer posições de destaque nas diferentes instituições locais, de âmbito político, administrativo ou de cariz estritamente social.³⁶ Tal situação, leva-nos a pensar que a Assembleia Vianense, pese embora o carácter restritivo no que respeitava à admissibilidade dos seus associados, e que era evidente, como se pode comprovar pelo escrutínio

³¹ Quadro nº 1 em Anexo. ARRISCADO, 1999: 109

³² Artigo 19º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 9

³³ ARRISCADO, 1999: 265

³⁴ Já Pinho Leal, em 1881, chamava a atenção para o facto dos empregados públicos, juntamente com os proprietários, constituírem a maioria dos frequentadores da Assembleia Vianense. PINHO LEAL, 1882: 447

³⁵ AULETE, 1881: 77

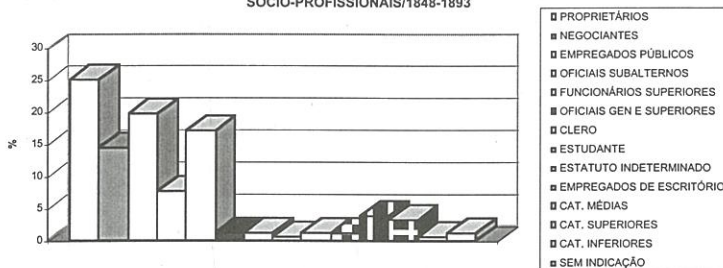
³⁶ Dos nove indivíduos em causa, apenas um, José Ernesto de Sousa Caldas, escritor e historiador, se destacou no contexto citadino. Da sua produção historiográfica e literária, merece especial atenção a “História de um Fogo-Morto,”³⁷

levado a efeito pelos membros da Direcção, por bolas brancas e negras que determinavam o ingresso ou não dos potenciais sócios,³⁷ tornou-se, por vezes, permeável a estratos sócio-profissionais de menor prestígio social. Tendo presente a sua modéstia profissional, no entanto, no desempenho das suas funções certas capacidades intelectuais seriam obrigatórias, o que nos leva a concluir que, para a sua receptividade num espaço eivado de critérios de admissibilidade restritivos, muito contribuíram as qualidades acima aludidas, as quais seriam factores de alguma relevância social aos olhos dos seus pares, e daí, a aceitação desta pequena burguesia no seu seio. Quanto a outros grupos, de referir também as Profissões Liberais, as quais se fizeram representar, mas apenas com um total de 4% de sócios, o que revela a fraca participação deste grupo sócio-profissional no contexto social da cidade.³⁸ No entanto, a sua inserção na Assembleia Vianense, mostra o reconhecimento social pela sociedade local, por qualidades que não passavam necessariamente pelo aspecto material, pois se atentarmos nos valores contributivos detidos pelos membros das Profissões Liberais, chegamos à conclusão que a sua afirmação social não tinha a ver directamente com a sua riqueza, mas antes com os seus méritos e aptidões intelectuais. Como escreve Edmond Goblot: “La Bourgeoisie..... honore le talent, le savoir, et les vertus; Par nécessité vitale, la société bourgeoise se solidarise avec le mérite qui surgit en elle ou au-dessous d’elle, s’efforce de l’absorber, de se colorer tout entière de son reflet et de son rayonnement.”³⁹

Deste modo, encontramos vários sócios cujos fundamentos sociais teriam mais a ver com as suas qualificações literárias, do que com qualquer visibilidade assente numa posição económica. Estavam nestas condições, três cirurgiões, dois advogados, dois médicos, um veterinário, um engenheiro civil e um mestre de piano. À excepção de um médico que tinha uma tributação superior a 20\$000 réis, todos os outros apresentavam contribuições nos escalões de 1\$000=<C<10\$000 réis e 10\$000=<C<20\$000 réis. Eram os aspectos de incidência intelectual a sobrepreem-se aos de índole material. Mas no que se refere à titulação literária, apenas uma pequena parte dos associados se enquadrava neste pressuposto. Se atentarmos nos sócios que tinham habilitações literárias médias ou superiores, vemos que eram efectivamente uma minoria. Somente 20% dos associados da Assembleia Vianense, possuíam títulos académicos (Gráfico nº 2), destacando-se os Bacharéis em Direito e os Oficiais com cursos do Exército, nomeadamente, artilharia e infantaria.

Gráfico 1

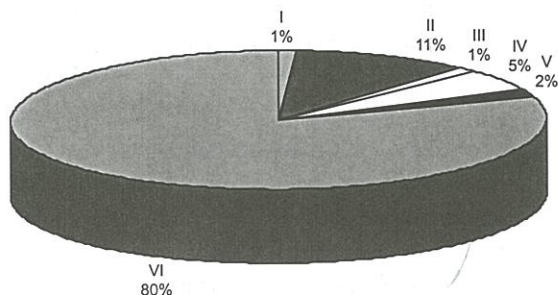
SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE POR CATEGORIAS
SÓCIO-PROFISSIONAIS/1848-1893



FONTES: *Almanak do Districto de Vianna do Castelo para o Anno de 1894*; *A Aurora do Lima, de Dezembro de: 1869, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1891, 1893*; *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense, 1891*; AMVC- *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881* *Notícias de Viana, nº 128, de 15 de Junho de 1961*

Gráfico 2

SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE COM HABILITAÇÕES LITERÁRIAS MÉDIAS OU SUPERIORES



Legenda: I - Curso de Engenharia, II - Cursos do Exército, III - Clero, IV - Bacharéis V - Professores, VI - Sem Habilitações Literárias Médias ou Superiores

Fontes: As do Gráfico nº 1

Quanto às contribuições apresentadas pelos membros da Assembleia Vianense, elas reflectem e corroboram o que já foi dito sobre a penetração de indivíduos de menor capacidade material na instituição, isto é, valores contributivos pouco significativos por eles detidos, traduziam, de certo modo, uma situação económica modesta, não inviabilizando, tal facto, a sua admissibilidade no Círculo em questão. Para além dos 47% de indivíduos cujas fontes não referem quaisquer contribuições, o que se explica, em parte, pela sua inclusão nos cadernos de recenseamento eleitoral, a partir de 1878, através das modalidades de saber ler e escrever ou chefes de família, as quais substituíam o quantitativo censitário como condições suficientes para que se pudesse aceder à condição de eleitor,⁴⁰ constatámos uma base alargada de cerca de 24,5% de sócios, com valores que se situavam entre os 1\$000 e os 10\$000 réis, logo seguida pelo escalão de 10\$000=<C<20\$000 réis com 9,3%, e apenas 3,3% de associados com montantes contributivos na ordem dos 20\$000=<C<30\$000 réis. Há medida que os valores das contribuições em presença iam aumentando, rareava o número de sócios, verificando-se, todavia, uma excepção para os tributos mais elevados, isto é, acima de 30\$000 réis. Neste particular, registámos um conjunto de sócios com um índice de representação de 15,9%.⁴¹ Os quantitativos até agora registados e para além das razões já apontadas relativas aos elementos integrantes do grupo de Profissões Liberais, evidenciam, portanto, a existência de dois tipos de individualidades presentes na Assembleia Vianense. Por um lado, uma parte significativa de sócios cujo poder económico, de certo modo limitado, estava íntimamente ligado à sua condição sócio-profissional, representando

³⁸ De notar que as Profissões Liberais em relação ao conjunto do eleitorado Vianense em 1869 e 1881, representavam, apenas, respectivamente 5,1% e 3% de eleitores. ARRISCADO, 1999: 86

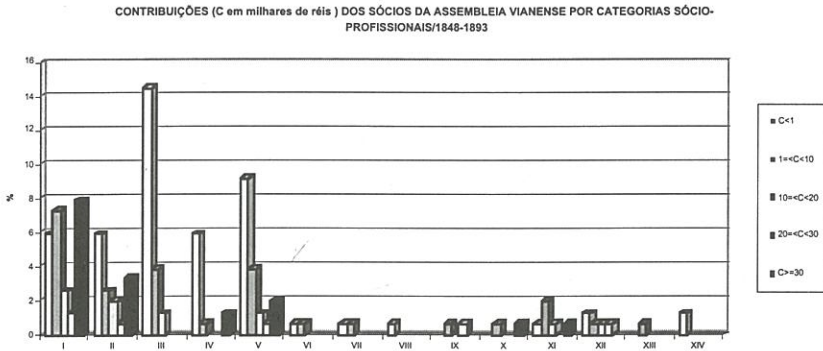
³⁹ GOBLOT, 1967: 36

⁴⁰ *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1879: 132 (Artigo 1º da Lei Eleitoral de 8 de Maio de 1878)

⁴¹ Quadro nº 2 em Anexo

um segmento assalariado afecto ao Serviço Público, com especial incidência nos empregados públicos, sendo de referir, igualmente, alguns funcionários superiores que preencheram os escalões contributivos mais baixos. Ao invés, a observância de um conjunto de associados com a tributação mais elevada ($C \geq 30\$000$ réis), formada, principalmente, por proprietários e negociantes (Gráfico nº 3).⁴² Neste núcleo de sócios estavam representados os maiores contribuintes, os quais constituíam uma força importante, pois significavam 79,2% do total de indivíduos com tributação superior ao valor atrás referido.

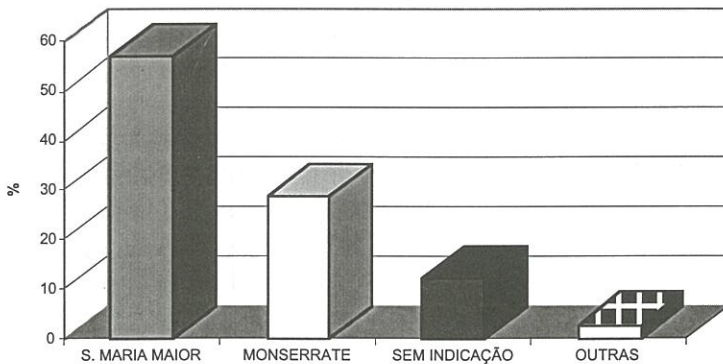
Gráfico 3



LEGENDA: I-Proprietários, II-Negociantes, III- Empregados Públicos, IV-Oficiais Subalternos V- Funcionários Superiores, VI-Oficiais Gerais e Superiores, VII- Clero, VIII-Estudantes, IX-Estatuto Indeterminado, X-Empregados de Escritório, XI-Categorias Médias, XII-Categorias Superiores, XIII-Categorias Inferiores, XIV- Sem Indicação
 FONTES: As do Gráfico nº 1; AMVC - *Mapa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*

Gráfico 4

DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE POR FREGUESIAS/1848-1893



FONTES: As do Gráfico nº 1

⁴² Quadro nº 3 em Anexo

No que diz respeito à origem geográfica dos membros da Assembleia Vianense, refira-se que a instituição foi receptiva a acolher indivíduos que não residissem somente na cidade. Assim, 2,6% dos sócios, tinham as suas residências em várias freguesias rurais do concelho e que eram as seguintes: Anha, Castelo do Neiva, Perre e Santa Marta de Portuzelo. Também constatámos a existência de outros sócios com moradas noutras concelhos, nomeadamente Caminha e Porto. Todavia, as duas freguesias da cidade de Viana do Castelo, Santa Maria Maior e Monserrate, albergavam a maioria dos seus associados, respectivamente com 57% e 28,5% do total de sócios (Gráfico nº 4).

Quanto à administração da Assembleia, esta era da responsabilidade de uma Direcção eleita pela generalidade dos sócios, por escrutínio secreto e à pluralidade de votos, a qual era formada pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-Secretário e Tesoureiro. Na altura da eleição dos Corpos Gerentes, para além dos cargos enunciados, era posta à consideração de todos para votação, uma lista contendo os nomes de dez potenciais directores e quatro suplentes, os quais exerceriam as suas funções mensalmente em regime de rotatividade, zelando pelo cumprimento de todas as normas inclusas no Regulamento Interno da Assembleia.⁴³ De um modo geral, a administração da Casa no período que mediou entre 1867 e 1893, contemplou um conjunto restrito de sócios que através de sucessivos mandatos geriu os destinos da instituição. Nem só as figuras mais proeminentes tiveram assento nas diferentes Mesas da Direcção ao longo do tempo em questão. Se na globalidade de associados, encontrámos alguns elementos cujo estatuto sócio-profissional não era relevante, verificámos que nas diversas Direcções eleitas, também surgiram individualidades cuja modéstia, quer do ponto de vista profissional, quer económico, era notória, ficando aquém das principais figuras da cidade que integravam os seus Corpos Gerentes. No caso, eram amanuenses, cirurgiões-ajudantes, um empregado de escritório, um empregado dos Correios e ainda um estudante, que preenchiam parte desses lugares, e as suas contribuições situavam-se abaixo dos 10\$000 réis. O que mostra que o hermetismo e o carácter selectivo, sob o ponto de vista social, tão propalados ainda hoje da instituição, e que, aparentemente, tinham como objectivo exclusivo recrutar os indivíduos de maior projecção na sociedade local, por vezes não corresponderam à realidade.

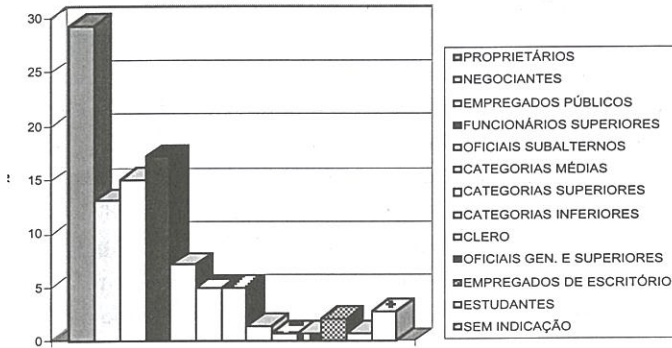
Assim, nas várias Direcções, a categoria sócio-profissional que mais se distinguiu pela sua frequência, foi a dos proprietários, com uma percentagem de 29,3% de sócios. Os negociantes não foram além de 13% de presenças nesse órgão, enquanto que o funcionalismo público sobressaiu uma vez mais como a segunda força mais participativa, sendo os funcionários superiores e os empregados públicos as categorias com índices de representação mais elevados, respectivamente, 17,1% e 15% de associados (Gráfico Nº 5).⁴⁴

⁴³ § 1º do Artigo 4º e § 2º do Artigo 6º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 4-5

⁴⁴ Ver Quadro nº 4 em Anexo

Gráfico 5

FREQUÊNCIA DE SÓCIOS NA DIRECÇÃO DA ASSEMBLEIA
VIANENSE POR CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS/1867-1893



FONTES: *A Aurora do Lima, de Dezembro de: 1867, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1891, 1893*; AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*

Factor com alguma importância no seio da Assembleia, foi a existência do elemento endogâmico. Através dele, os notáveis viram a sua influência e coesão, acrescidas, no Círculo em que se movimentavam e, num universo mais vasto, estas alianças familiares por via matrimonial, propiciavam ainda uma rede comum de interesses, destacando-se, neste particular, a vantagem de manterem no interior do grupo, os seus patrimónios e fortunas. Tais laços familiares formavam uma espécie de “réseau, une trame serrée, qui rassemble les membres d’une même génération dans une vaste confrérie.”⁴⁵ Encontrámos diversas ramificações dessa natureza no grupo de sócios, bem como a presença de vários indivíduos provindos do mesmo ramo parental: António Alberto da Rocha Páriz, seu filho Francisco Casimiro da Rocha Páriz. Ligado ainda a esta família, João Augusto Loureiro da Rocha Páriz, o qual casou com D. Ana Margarida Espregueira, filha do sócio Bernardo Afonso Espregueira. Registámos ainda a presença de João Afonso Espregueira e de seu irmão José Afonso Espregueira. A esta família encontrava-se ainda ligado por casamento, Ernesto Júlio Goes Pinto, que desposara D. Rita Norton Espregueira, filha de D. Zulmira Mendes Norton e de Domingos Afonso Espregueira. Refira-se que D. Zulmira Mendes Norton era filha de um outro sócio: José Mendes Ribeiro. Uma outra família esteve representada: os Barbosa e Silva. Eram três os irmãos que figuravam como sócios: António Barbosa e Silva, Luís Barbosa e Silva, Mateus José Barbosa e Silva. Mas, outras personalidades, neste âmbito, são de mencionar: João Baptista Correia, negociante e maior contribuinte, viu sua filha D. Margarida Fortunato Correia, contrair matrimónio com o sócio João Abel d’Oliveira, igualmente negociante e maior contribuinte. Também o bacharel João Monteverde da Cunha Lobo, teve uma sua filha, D. Maria José Monteverde da Cunha Lobo, que casou com o associado Francisco de Sousa Lobo Brandão. Deste casamento, nasceu D. Iria Monteverde, que casaria com um filho do sócio

⁴⁵ PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2000: 47-50

João Coelho de Castro Villas-Boas Júnior. De salientar, ainda, a presença da família Camacho, através das pessoas: António Maria Baptista Camacho e José Maria Baptista Camacho.⁴⁶

Estas elites sociais procuraram também estender a sua presença a outros lugares de importância na cidade. Assim, não será de estranhar que tenham marcado a sua posição nos diferentes cargos político-administrativos locais, tendo mesmo desempenhado funções de âmbito nacional e, em alguns casos, com repetição de mandatos.⁴⁷

Deste modo, entre outras, destacamos as seguintes personalidades que exerceram cargos dessa natureza: José Mendes Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Viana, entre 1882 e 1885, Procurador à Junta Geral de Distrito em 1878; José Afonso de Espregueira, Presidente em 1880 e 1881, Vereador em 1869 e 1870 e Procurador de 1868 a 1871; António Alberto da Rocha Páriz, Deputado de 1868 a 1870, Governador Civil de 1879 a 1881, tendo exercido também funções como membro da Comissão de Recenseamento Eleitoral em 1878; Ernesto Júlio Goes Pinto, Deputado de 1879 a 1890, Presidente do Município em 1878; Finalmente, António Maria Baptista Camacho, Procurador de 1872 a 1876, Vereador de 1876 a 1877, Administrador do Concelho de 1878 a 1886 e, posteriormente, em 1890.

De notar que estas elites exerceram igualmente funções num órgão paralelo à Vereação da Câmara, o Conselho Municipal, quer como Conselheiros efectivos, quer como Conselheiros substitutos.

CONCLUSÃO

Apesar das fontes disponíveis terem sido escassas e não nos ter sido possível consultar os Livros de Actas da Direcção da Assembleia Vianense, cujo paradeiro desconhecemos, o que nos permitiria um conhecimento mais aprofundado da Instituição, especialmente no que se refere às medidas tomadas pelas diversas direcções no que à sua governabilidade dizia respeito, cremos, pelo exposto, que a burguesia Vianense ao longo do período abordado, procurou afirmar-se no contexto social da cidade, frequentando um espaço de sociabilidade, já não de forma improvisada como era norma nos diferentes salões, mas antes, juntando vontades no sentido de se agrupar nos momentos de lazer, numa agremiação que a acolhesse de forma organizada e permanente. Assim, nasceu a Assembleia Vianense. Contrariamente ao que se poderia eventualmente pensar, esse espaço de sociabilidade não ficou imune à frequência de elementos de condição social mais modesta, sendo de realçar, neste particular, os indivíduos que integravam o pequeno funcionalismo público, a par daqueles que possuíam maior prestígio na cidade, uma visibilidade no meio, decorrente, quer da sua posição económica, quer dos seus atributos sociais, que iam desde o mérito profissional, até à sua própria condição aristocrática. Nela figuraram, também, grande parte dos maiores contribuintes do Concelho. A Assembleia Vianense tornou-se num local, onde as famílias Vianenses procuraram demonstrar a sua qualidade social, que atingia o seu clímax na forma de um ritual cumprido, de maneiras refinadas, nas reuniões que esporadicamente

⁴⁶ MACHADO, 1932; PÁRIS, 1997

⁴⁷ Quadro nº 5 em Anexo

aí se realizavam com a presença de senhoras e que, nesses momentos, esbatiam o carácter masculino que revestia no quotidiano este espaço de sociabilidade. Outra particularidade, diz respeito ao facto de vários sócios da Assembleia Vianense fortalecerem as suas posições na Instituição, através do elemento endogâmico, pois constatámos a existência de uma rede estabelecida de ligações familiares. Finalmente, convém acentuar que estas elites sociais não descuraram a sua influência no meio em que se inseriam, dado que diversos cargos públicos da cidade, de âmbito político e administrativo, foram por elas ocupados, chegando mesmo a desempenhar funções de relevo de carácter nacional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A – Fontes Manuscritas

1 - AAV – Arquivo da Assembleia Vianense

Livro de Registo de Acções, 1850

2 - AGCVC – Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

Actas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1872 – 1878

Registo de Nomeações, Suspensões e Exonerações, 1865-1915

3 - AMPL – Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Livro de Actas da Direcção da Assembleia Limarense, 1901-1915:7-8

4 - AMVC – Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Caderno de Actas da Comissão de Recenseamento Eleitoral, 1871

Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1867-69;1870-71;1872-75;1875-78;1878;1880;1882;1883-84;1884-85;1885-86;1886-88

Livros de Recenseamento Eleitoral, 1869, 1881

Mappa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882

B – Fontes Impressas

1 - Almanagues

Almanak do Districto de Vianna do Castello para o anno de 1894, Vianna, Typ. Silva Braga, 1893

2 - Estatísticas, Estatutos, Legislação, Regulamentos

BESSA, José Marcelino de Almeida, 1905 - *Anexo ao manual parlamentar para uso dos senhores deputados da nação portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Carta de Lei de 1 de Junho de 1853

Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1879, Lisboa, Imprensa Nacional

Estatutos da Assembleia Vianense de 1886, 1887, 1891

Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense, 1876-Vianna, Typ. d'André J. Pereira & Filho

PEREIRA, António Manuel, 1959- *Evolução da divisão administrativa de Portugal*, Porto, Edição do Club Rotary do Porto

Regulamento Interno da Assembleia Vianense, 1868, Vianna do Castelo, Typ. da Aurora do Lima

VASCONCELLOS, José Maximo de Castro Neto Leite e, 1853- *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional

3 - IMPRENSA PERIÓDICA

A Aurora do Lima, 1867, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1889, 1891, 1893, 1899
Notícias de Viana, 1961

Bibliografia

- AGULHON, Maurice, 1966- *La sociabilité méridionale: confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII siècle*, Aix-en-Provence, La Pensée Universitaire
- AGULHON, Maurice, 1977- *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité*, Paris, Armand Colin
- AGULHON, Maurice, 1979 - *La république au village*, Paris, Éditions du Seuil
- AGULHON, Maurice, 1979a- *Sociabilité populaire et sociabilité bourgeoise au XIX siècle*, in "Les cultures populaires, permanences et émergences des cultures minoritaires locales, ethniques, sociales et religieuses", dir. G. Poujol, R. Labourie, Paris, Privat, p.81-91
- AGULHON, Maurice, Bodiguel, Maryvonne, 1981- *Les associations au village*, "Actes Sud", Le Paradou, Hubert Nyssen, Editeur
- AGULHON, Maurice, 1983- *Avant-Propos*, in "La sociabilité en Normandie", dir. Françoise Thelamon, Rouen, Publications de l'Université de Rouen, p.7
- AGULHON, Maurice, 1984- *Pénitents et franc-maçons de l'ancienne Provence- essai sur la sociabilité méridionale*, Paris, Éditions Fayard
- AGULHON, Maurice, 1988- *Histoire vagabonde-ethnologie et politique dans la France contemporaine*, Paris, Éditions Gallimard, 2 vols.
- ALPUIM, Maria Augusta de, VASCONCELOS, Maria Emília de, 1983- *Casas de Viana antiga*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais
- ARRISCADO, José Augusto, 1999 - *Protagonistas e formas de poder na sociedade vianense da segunda metade do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado, polic.)
- AULETE, F.J. Caldas, VALENTE, Antonio Lopes dos Santos, 1881- *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional
- BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, 1986 - *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- BERNARDO, Maria Ana, 2001- *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX. O círculo eborense*, Lisboa, Edições Cosmos
- BOURDIEU, Pierre, 1969- *Condition de classe et position de classe* in "Hiérarchies et classes sociales", dir. Roger Cornu, Janina Lagneau, Paris, Armand Colin, p.293-317
- BOURDIEU, Pierre, 1979- *La distinction*, Paris, Éditions de Minuit
- BRANCO, Camilo Castelo, 1863- *O Mundo Elegante*, Lisboa, Livraria de Manoel Antonio de Campos Junior
- CALDAS, José, 1990 - *História de um Fogo-Morto*, facsímile da 2ª edição, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo
- CASCÃO, Rui, 1993- *Vida quotidiana e sociabilidade* in "História de Portugal," dir. José Mattoso, V volume, "O Liberalismo" (1807-1890), Lisboa, Círculo de Leitores, p.517-541
- CHALINE, J. Pierre, 1996- *Sociabilité et érudition. Les sociétés savants en France*, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques
- CHAUSSINAND-NOGARET, 1994- *Histoire des élites en France du XVI au XX siècle*, Paris, Pluriel
- COELHO, José Dias, 1999 - *Leiria entre 1920 e 1940- sociabilidade e vida quotidiana*, Leiria, Edições

Magno

- CONDE D'AURORA, 1929- *Roteiro da ribeira-lima*, Ponte de Lima, edição do autor
- CORBIN Alain, 1995- *L'avènement des loisirs, 1850-1960*, Paris, Aubier
- CORNU, Roger, LAGNEAU, Janina, 1969- *Hierarchies et classes sociales*, Paris, Armand Colin
- CROSSICK, Geoffrey, 1998- *La bourgeoisie britannique*, "Annales, Histoire, Sciences Sociales, Paris, Novembre-Décembre, p.1104-1105
- DAUMARD, Adeline, 1963- *Une référence pour l'étude des sociétés urbaines en France aux XVIII et XIX siècles. Projet de code socio-professionnel*, "Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine," Juillet-Septembre, tome X, p.185-210
- DAUMARD, Adeline, 1983- *Présentation* in Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX siècle, dir. Adeline Daumard, Amiens, F. Paillart, p.9-19
- DAUMARD, Adeline, 1986- *La vie de salon en France dans la première moitié du XIX siècle* in "Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850," dir. Étienne François, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations, p.81-95
- FRANÇOIS, Étienne dir. 1986- *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations
- FRANÇOIS, E., REICHARDT, R.,-1987- *Les formes de sociabilité en France du milieu du XVIII au milieu du XIX siècle*, "Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine," juillet-septembre, tome XXXIV, p.453-456
- FUGIER, Anne Martin, 1990- *La vie élégante ou la formation du tout-Paris, 1815-1848*, Paris, Fayard
- GOBLOT, Edmond, 1967- *La barrière et le niveau*, Paris, Presses Universitaires de France *Grande Enciclopédia Luso e Brasileira, 1935-1986, 40vols+7*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada
- JOST, Hans Ulrich, dir. 1986- *Sociétés et sociabilité au XIX siècle*, "colloque à l'Université de Lausanne, 13-14 juin 1986," Lausanne, Université de Lausanne, t.5
- LOUREIRO, José Carlos, 1997- *Sociabilidade religiosa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (dissertação de mestrado, polic.)
- LOUSADA, Maria Alexandre, 1995 - *Espaços de sociabilidade em Lisboa; finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, Universidade de Lisboa (tese de doutoramento, polic.)
- MACHADO, José de Sousa, 1932 - *Últimas gerações de Entre-Douro e Minho*, Braga, Tipografia da Paz
- MARQUES, Paula Cristina Alvito, 1997 - *A sociedade bejense de meados do século XIX à primeira república: elites e vida associativa*, Évora, Universidade de Évora, (dissertação de mestrado, polic.)
- MATTOSO, José, dir. 1993 - *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores
- ORTIGÃO, Ramalho, 1943 - *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora
- PÁRIS, João da Rocha, 1997 - *Rochas Páris, Espregueiras, Araújos Bacelares e Pimentas de Castro (notas sobre quatro famílias do Alto-Minho)*, Lisboa, Nova Arrancada
- PELLISSIER, Catherine, 1996- *Loisirs et sociabilités des notables lyonnais au XIX siècle*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon
- PINÇON, Michel, PINÇON-CHARLOT, Monique, 2000- *Sociologie de la bourgeoisie*, Paris, Éditions La Découverte
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de, 1882- *Portugal Antigo e Moderno-Diccionario*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão
- POUJOL, G., LABOURIE, R., dir. 1979- *Les cultures populaires, permanences et émergences des cultures minoritaires locales, ethniques, sociales et religieuses*, Paris, Privat
- REIS, António, dir. 1996 - *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa
- ROQUE, João Lourenço, 1990 - *Coimbra de meados do século XIX, a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana*, "Revista de História das Ideias," Coimbra, Vol. XII, p.301-339
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos, 1983- *Para uma ideologia da cultura burguesa em Portugal no século*

- XIX, "Análise Social," Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, p.11-55
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos, 1996 – *Sociabilidade, comunicação aprendizagem* in "Portugal Contemporâneo," dir. António Reis, Volume I, Lisboa, Publicações Alfa, p.365-388
- THELAMON, Françoise, dir.1983- *La sociabilité en Normandie*, Rouen, Publications de l'Université de Rouen
- THELAMON, Françoise, dir.1987- *Sociabilité, pouvoirs et société*, "actes du colloque de Rouen, novembre, 1983," Rouen, Université de Rouen
- THELAMON, Françoise, dir. 1989- *Aux sources de la puissance: sociabilité et parenté*, "actes du colloque de Rouen, novembre, 1987," Rouen, Université de Rouen-CNRS
- VASCONCELOS, Maria Emília de, 1983-*Uma menina de outros tempos*, "Roteiro de Viana," Viana do Castelo, ano XXV
- VIEIRA, José Augusto, 1887 – *O Minho pitoresco*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira

ANEXO

Quadro 1

SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE POR CATEGORIAS
SÓCIO-PROFISSIONAIS/1848-1893

CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS		Nº	%
3.1	EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO	2	1,3
4.1	ESTATUTO INDETERMINADO	2	1,3
5.2	NEGOCIANTES	22	14,6
6.0	FUNCIONÁRIOS SUPERIORES	26	17,2
6.1	EMPREGADOS PÚBLICOS	30	19,9
6.2	OFICIAIS GENERAIS E SUPERIORES	2	1,3
6.3	OFICIAIS SUBALTERNOS	12	7,9
7.0	CATEGORIAS SUPERIORES	5	3,3
7.1	CATEGORIAS MÉDIAS	6	4
7.2	CATEGORIAS INFERIORES	1	0,7
8.2	ESTUDANTES	1	0,7
8.3	CLERO	2	1,3
9.0	PROPRIETÁRIOS	38	25,2
9.2	SEM INDICAÇÃO	2	1,3
TOTAL		151	100

FONTES: *Almanak do Districto de Vianna do Castello para o anno de 1894*;
A Aurora do Lima, de Dezembro de : 1869, 1873, 1878, 1881, 1883,
1884, 1887, 1891, 1893; Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense, 1891;
AMVC- Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881
Notícias de Viana, nº 128, de 15 de Junho de 1961

Quadro 2

CONTRIBUIÇÕES (C em milhares de réis) DOS SÓCIOS
DA ASSEMBLEIA VIANENSE/1848-1893

CONTRIBUIÇÕES	Nº	%
C<1	71	47
1=<C<10	37	24,5
10=<C<20	14	9,3
20=<C<30	5	3,3
C>=30	24	15,9
TOTAL	151	100

FONTES: As do Quadro nº 1; AMVC- *Mapa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*

Quadro 3
CONTRIBUIÇÕES (C em milhares de réis) DOS SÓCIOS DA ASSEMBLEIA
VIANENSE POR CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS/1848-1893

CATEGORIAS		CONTRIBUIÇÕES									
		C<1		1=<C<10		10=<C<20		20=<C<30		C>=30	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3.1	EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO	0,7		1	0	7					1
5.2	NEGOCIANTES	9 3,3	5,9		4	2,6	3	2	1	0,7	5
6.0	FUNCIONÁRIOS SUPERIORES	14 2	9,2	6		3,9	2	1,3	1	0,7	3
6.1	EMPREGADOS PÚBLICOS	22	14,5	6	3,9	2	1,3				
6.2	OFICIAIS GERAIS E SUPERIORES	1	0,7	1	0,7						
6.3	OFICIAIS SUBALTERNOS	9 1,3	5,9	1		0,7					2
7.0	CATEGORIAS SUPERIORES	2	1,3	1	0,7	1	0,7	1	0,7		
7.1	CATEGORIAS MÉDIAS	1 0,7	0,7	3	2	2	1	0,7			1
7.2	CATEGORIAS INFERIORES			1	0,7	0,7					
8.2	ESTUDANTES	1	0,7								
8.3	CLERO	1	0,7	1	0,7	0,7					
9.0	PROPRIETÁRIOS	9 7,9	5,9	11	7,3	7,3	4	2,6	2	1,3	12
9.2	SEM INDICAÇÃO	2	1,3								

FONTES: As do Quadro nº 1; AMVC - *Mapa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*

Quadro 4
FREQUÊNCIA DE SÓCIOS NA DIRECÇÃO DA ASSEMBLEIA
VIANENSE POR CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS/1867-1893

CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS		Nº	%
3.1	EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO	3	2,1
5.2	NEGOCIANTES	18	13
6.0	FUNCIONÁRIOS SUPERIORES	24	17,1
6.1	EMPREGADOS PÚBLICOS	21	15
6.2	OFICIAIS GERAIS E SUPERIORES	1	0,7
6.3	OFICIAIS SUBALTERNOS	10	7,1
7.0	CATEGORIAS SUPERIORES	7	5
7.1	CATEGORIAS MÉDIAS	7	5
7.2	CATEGORIAS INFERIORES	2	1,4
8.2	ESTUDANTES	1	0,7
8.3	CLERO	1	0,7
9.0	PROPRIETÁRIOS	41	29,3
9.2	SEM INDICAÇÃO	4	2,8
TOTAL		140	100

FONTES: *A Aurora do Lima, de Dezembro de: 1867, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1891, 1893*; AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*

Quadro 5
CARGOS PÚBLICOS EXERCICIDOS POR SÓCIOS DA ASSEMBLEIA
VIANENSE/1868-1890

NOMES	ANOS											
	1868	1870	1872	1874	1876	1878	1880	1882	1884	1886	1888	1890
António Félix Mâncio CostaBarros						b						
António Alberto Rocha Páriz *	a,b,e,d	a,d	a	a	cs	e	g	e		g	g	g
António Maria BaptistaCamacho *			a	a	a,b	f		f	f	f	b	f
Baltazar Werneck Aguilare Vasconcelos *	cs	cs	cs	cs	cs	cs						
Bernardo José AfonsoEspregueira *	c	a,c	c	c	c							
Enesto Júlio Goes Pinto *						p	d		d	d	d	d
Francisco Casimiro RochaPáriz		b		e	e	e						
Jacinto Alves Viana *		b	b									
Jácome Borges PachecoPereira	a	a	a	e	e							
João Abel de Oliveira *			a,p	a	a,e	a						
João Afonso de Espregueira *				e	e	e						
João Augusto Loureira daRocha Páriz											b	
João Caetano da Silva Campos							a					
João Luís Monteverde daCunha Lobo								b	b			
João Martins Viana Júnior											b	
José Afonso de Espregueira *	a,b,e	a,b		e		p	b,e					
José Alfredo Câmara Leme *						cs	b	b				
José Elias Alves Viana *	cs											
José Luís Gonçalves Júnior				b,e								
José Maria Baptista Camacho									b	b		

...../.....

...../.....

NOMES	ANOS											
	1868	1870	1872	1874	1876	1878	1880	1882	1884	1886	1888	1890
José Mendes Norton				a								
José Mendes Ribeiro						a		p	p			
José Monteiro Vasconcelos Mourão*						cs						
José Pereira Cyrne Bezerra Fagundes							a	e				
José Pereira de Campos				b	e	b		e			f	f
Luís Augusto de Amorim							b,e	p,e		f		
Luís de Andrade e Sousa											b	
Luís Barbosa e Silva*	a											
Luís Figueiredo da Guerra								e				
Manuel Joaquim Gonçalves de Araújo											b	
Manuel José Gavinho		f		e	e		f					
Manuel da Silva S. Miguel								e				
Mateus José Barbosa e Silva*	a	a,c	c	c	c	c						
Sebastião Maria Andrade e Sousa		b										
Tomás António de Azevedo Meira						a						

LEGENDA: * Maior Contribuinte; a-Procurador à Junta Geral de Distrito; b- Vereador; c- Conselheiro Municipal; Cs-Conselheiro Municipal Substituto; d-Deputado; e- Membro da Comissão de Recenseamento Eleitoral; f-Administrador do Concelho; g-Governador Civil; P- Presidente da Câmara

FONTES: As do Gráfico nº1; *A Auropa do Lima, de Janeiro de: 1868, 1874, 1876, 1878, 1882*; AMVC – *Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1867-69;1870-71;1872-75;1875-78;1878;1880;1882; 1883-84;1884-85;1885-86;1886-88*; AGCVC- *Actas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1872-1878*; AGCVC – *Registo de Nomeações, Suspensões e Exonerações, 1865-1915*; BESSA, 1905: 21, 158,194; PEREIRA, 1959: 23-24